DOI: 10.5752/P.2237-8871.2017v18n29p362

Guerra e paz na fronteira dos homens: o cotidiano na colônia militar Pedro Segundo do Rio Araguari (fronteira franco-brasileira em meados do século XIX)

War and peace on the border of men: discourses on the colonization of the Franco-Brazilian border in the mid-nineteenth century

Rafael Amaro da Silva*

Resumo

Este artigo visa abordar como o discurso oficial, apresentado pelos jornais e relatórios, influenciava e retratava o cotidiano na colônia militar Pedro Segundo, considerando a importância de demarcar, vigiar e proteger a fronteira franco-brasileira no Segundo Reinado, período em que a região se tornou delicada devido ao pós-Cabanagem e à contestação do território tanto pelo Brasil, quanto pela França.

Palavras-chave: Fronteira; Amazônia; Colonização; Civilização.

Abstract

This article aims to address how the official discourse presented on papers and reports influenced and portrayed the daily life in the military colony Pedro Segundo, given the importance of demarcating, watching and protecting the Franco-Brazilian border during the Second Empire, a period in which the region became delicate because of the post-Cabanagem and its contestation by both Brazil and France.

Keywords: Borders; Amazon; Colonization; Civilization.

> Tem sido, com efeito, um desleixo indesculpável o abandono de nossas fronteiras e esse desleixo é, hoje, maior que nunca (RIBEIRO, 1844, p. 19). [1]

Assim, em 1847, o tenente general Francisco José de Souza Soares Andrea iniciava o primeiro artigo de suas observações aos "Apontamentos sobre o estado das fronteiras no Brasil", de Duarte da Ponte Ribeiro, no qual enfatizava a dificuldade de defender o território (devido a sua grande extensão) e o abandono em que o Brasil

* Mestre em História pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor da Faculdade Estácio Fcat (Castanhal – Pará).

Recebido em outubro de 2016 | Aprovado em junho de 2017.

[1] RIBEIRO, Duarte da Ponte. **Apontamentos sobre o estado das fronteiras no Brasil.** Apontamentos sobre o estado da Fronteira do Brasil em 1844, em adiantamento à memória de 1842 sobre limites do Império. Belém: 1ª Comissão Demarcadora de Limites, 1842. p. 19.

deixava sua fronteira, indicando como solução a criação de colônias militares agrícolas nas fronteiras. Andrea defendia que

> [...] não basta, também, ter pontos fortificados e destacamentos regulares por toda nossa extensa fronteira, é preciso desenvolver por toda ela uma população agrícola ou industriosa da melhor gente do país, nem será isto, de certo, útil ou proveitoso feito com colonos estrangeiros, ou mesmo com homens de cor. (RIBEIRO, 1844, p. 20)[2]

Dessa forma, o projeto visado pelo Tenente General Andrea justificava que não seriam apenas pontos militares ou patrulhas que fariam a extensa fronteira brasileira protegida; para Andrea, deveria existir colonização eficaz e produtiva, na qual seus colonos povoariam e defenderiam os limites da nação. Esta proposta havia sido implantada às margens do rio Araguari, no atual estado do Amapá, em 1840. A colônia militar Pedro Segundo deveria ser constituída por brancos e indígenas (a serem recrutados pelos colonos), povoando, produzindo e defendendo a fronteira norte do Brasil. Ou seja, não haveria a participação de escravos negros e de estrangeiros, o que se tornava difícil após a Cabanagem, rebelião que deixara a demografia paraense consideravelmente reduzida.

A colonização do Cabo Norte não significava apenas conquista do território em si, mas a manutenção constante da soberania nacional do império brasileiro. O Tenente General Andrea enfatizava a importância da colonização dos rios afluentes do Amazonas, tendo ele mandado povoar a região. Para Francinete dos Santos Cardoso (2006), a colônia militar Pedro Segundo constituiu, do lado brasileiro, a principal tentativa de defesa do território no período do Império, na região Contestada.

Tais preocupações estavam no discurso colonizador do militar, pois o *uti possidetis*[3] era a base de posse do território, que deveria ser conquistado e mantido, já que o movimento migratório na fronteira era intenso, principalmente por criminosos, desertores, escravos fugidos e grupos indígenas que tentavam ser recrutados pelos dois lados da fronteira. Tais questões justificavam a existência de um posto militar que mantivesse o controle em uma região tão erma e de difícil acesso, como era o Cabo Norte, não somente para assegurar o domínio pelas forças militares, mas também como agentes civilizadores dos grupos marginais da sociedade.

---

[2] RIBEIRO, Duarte da Ponte. **Apontamentos sobre o estado das fronteiras no Brasil. Apontamentos sobre o estado da Fronteira do Brasil em 1844, em adiantamento à memória de 1842 sobre limites do Império**. Belém: 1ª Comissão Demarcadora de Limites, 1842. p. 20.

[3] O *uti possidetis* determina que cada parte fique com o que possui do terreno (FILHO, 2013, p. 27).

Essa pesquisa possui interesse histórico-geográfico baseado na maneira como o tempo e o espaço influenciam na construção histórica dos grupos humanos, assim como os discursos de civilização e formação de uma nação são construídos nos mais diversos ambientes, sendo eles simbólicos, políticos, físicos e sociais. Logo, busco abordar tais aspectos sobre a fronteira no império brasileiro, partindo da colônia militar Pedro Segundo, como referência de existência histórica na fronteira norte do império brasileiro.

Este trabalho abordará a colônia militar Pedro Segundo no rio Araguari, em meados do século XIX, mais especificamente nas décadas de 1840 a 1860, ou seja, desde sua fundação, que coincide com o início e consolidação do Segundo Reinado. Essa temporalidade marca o momento de estabilidade nacional, já que a figura do imperador transmitia a imagem de um novo regime político, findando muitos movimentos separatistas. Lilia Moritz Schwarcz (1998) define esse período da seguinte forma:

> O período que vai de 1841 a 1864 — ano do início da Guerra do Paraguai – representa uma fase importante para a consolidação da monarquia brasileira. Com efeito, as rebeliões regenciais da Bahia, Pará e Maranhão haviam sido debeladas com a ajuda do general Lima e Silva, que na época ganhou o título de barão de Caxias, pelos serviços prestados. Também nesse momento, o Gabinete da Maioridade, composto de Antonio Carlos e Martim Francisco Andrade, anistiaria simbolicamente os rebeldes que se entregaram às autoridades, o que em muito colaborou para acalmar os ânimos e receios gerais. (SCHWARCZ, 1998, p. 118).

Para a autora, as três primeiras décadas do Segundo Reinado marcam a consolidação do regime monárquico, que não ocorreu, de fato, nem com D. Pedro I e nem com a Regência, pois D. Pedro I estava mais preocupado em assegurar o Império brasileiro que consolidá-lo, enquanto que os regentes enfrentavam uma grande insatisfação das províncias mais afastadas do Rio de Janeiro. Porém, D. Pedro II conseguiu considerável estabilidade interna, dissuadindo movimentos separatistas como os ocorridos na década de 30 do século XIX.

O Brasil se encontrava em um momento de mudança para um “novo” império de um “novo” imperador e havia a preocupação com a unidade nacional, diferente dos traumas advindos do primeiro reinado e das insatisfações regionais do período regencial. Assim, estava entre as prioridades do novo governo a necessidade de lidar com as fronteiras.

No dia 30 de maio de 1840, o jornal **Treze de Maio** publicava a chegada dos colonos ao rio Araguari para construção da colônia militar Pedro Segundo, importante acontecimento para a colonização do território do Cabo Norte:

> Camaradas, de hoje a avante vai datar a vossa Gloria! A um duplo dever tendes de satisfazer! Sois militares e sois povoadores deste importante sítio! Como militares deveis a vossos superiores uma obediência sem limites, uma confiança plena e a certeza de vosso castigo, ou vosso prêmio irrevogável. Como colonos, deveis à Pátria o amor ao trabalho, a cultura de vossos terrenos, a educação e a instrução de vossos filhos nos preceitos da moral, no amor da ordem, no respeito e obediência a todas as autoridades, muito particularmente ao nosso enérgico Presidente, o Sr. Doutor João Antonio de Miranda, que nesta província representa a pessoa do nosso adorado jovem monarca, Sr. D. Pedro 2º. O Exmo. presidente da província tudo espera de vos e confia que não desconceituareis o que há a vosso respeito afiançado ao magnânimo governo de V. M., que lançará sobre vós as suas generosas vistas e valiosa proteção. Viva a nossa Santa Religião – Viva a V.M. Sr. D. Pedro 2º – Viva o Regente em nome do Imperador – Viva o nosso Presidente, o Sr. Doutor João Antonio Miranda – Viva a Colônia Militar Pedro 2º. (HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, 1840, p. 22–23) [4].

No discurso do capitão André Freire de Andrada Parreiras, ao fundar a colônia militar Pedro Segundo, é possível perceber o peso do império brasileiro na fronteira, pois, como pertencentes a uma instituição militar, os soldados deveriam seguir a obediência e a hierarquia militar e social, mesmo tão distante dos centros do poder político. É visível no discurso que os militares não eram apenas militares, mas sim "povoadores" da fronteira brasileira. Ao definir tais conceitos, aqueles colonos ficavam conscientes de que não somente deveriam povoar e desenvolver a região destinada a eles, como deveriam proteger os limites territoriais ao seu entorno.

A colônia militar Pedro Segundo mostra nesse momento a importância do fator humano em sua constituição, pois a autoridade militar e monárquica era formada por soldados e súditos, que lutavam e serviam a nação. Essa distinção é bem clara no discurso, pois como militares era dever aos "superiores uma obediência sem limites, uma confiança plena, e a certeza de vosso castigo ou vosso prêmio irrevogável", enquanto que como colonos deveriam "à Pátria o amor ao trabalho, a cultura de vossos terrenos, a educação e a instrução de vossos filhos nos preceitos da moral, no amor da

[4] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 6, 30 maio 1840. p. 22–23.

ordem, no respeito e obediência a todas as autoridades". (HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL[5], 1840, p. 22–23)[6].

Dessa forma, assim como militares deviam obediência aos superiores, caso contrário seriam punidos, os colonos deviam trabalhar, instruir seus filhos e obedecer às autoridades, ou seja, os colonos estavam, acima de tudo, cumprindo ordens das autoridades ao povoar, tornar a terra produtiva e proteger a fronteira.

Habitar a colônia militar

Os primeiros colonos, que saíram de Belém, com destino ao rio Araguari eram compostos pelo alferes comandante Joaquim Manuel Bahia, sua esposa Joaquina Antonia do Espírito Santo, sua filha Luiza Margarida de Souza, 20 praças do 8ª batalhão e 8 praças do 4ª batalhão de artilharia, com suas companheiras, alguns com filhos (HDB-FBN, 1840, p. 10–11)[7]. Esperava-se que o colono tivesse amor pela terra na colônia militar, por isso, sua família ia junto, a fim de evitar a deserção e os pedidos de transferência.

No entanto, a tarefa de arregimentar famílias para habitar a colônia não foi tarefa fácil. Em discurso de 15 de agosto de 1840 o presidente da província do Pará afirmava que

> [...] a dificuldade de achar de pronto famílias que quisessem marchar para os lugares que fossem designados, dificuldade com que lutaram meus antecessores, levou-me a lançar mão de praças de primeira linha. Com estas estabeleci, pois, uma colônia na margem direita do Araguary, a qual tendo sido fundada com o título de Colônia Militar de Pedro II, conserva hoje a denominação de Colônia Pedro II. [...] tenho sido cauteloso em receber os que se oferecem, porque só quero trabalhadores e não ociosos que vão perturbar o sossego dela, introduzindo os maus costumes (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, 1840, p. 67) [8].

O recurso aos soldados de primeira linha surge em decorrência da dificuldade de conseguir famílias dispostas a viver na colônia. Nota-se a preocupação do presidente da

[5] N. do E. Será utilizada a sigla HDB-FBN para designar a Hemeroteca Digital Brasileira – Fundação Biblioteca Nacional ao longo do texto.

[6] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 6, 30 maio 1840. p. 22-23.

[7] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 3, 20 maio 1840. p. 10-11.

[8] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: Governo**. Discurso recitado pelo exmo. snr. doutor João Antonio de Miranda, prezidente da provincia do Pará na abertura da Assemblea Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará: Typ. de Santos & menor, 1840. p. 67.

província, "cauteloso em receber os que se oferecem", a fim de garantir que a colônia seria habitada apenas por trabalhadores, evitando o risco de enviar para lá pessoas tidas como ociosas, que perturbariam o cotidiano da colônia, "introduzindo os maus costumes".

Mesmo com os 29 militares e suas famílias que saíram de Belém e de algumas famílias que se ofereceram em Macapá para compor os colonos que fundaram a colônia militar Pedro Segundo (HDB-FBN, 1840, p. 8)[9], o governo brasileiro criou medidas de povoamento da fronteira com incentivos e propagandas da colonização ao longo do rio Araguari. Em 10 de junho de 1840, nas instruções de fundação da colônia militar, o governo garantia o transporte da família e dos bens dos colonos que quisessem morar tanto na colônia militar Pedro Segundo quanto em Araújo Lima (colônia que não foi bem sucedida) e pagaria a cada chefe de família que estivesse na colônia o valor de $6000 reis (HDB-FBN, 1840, p. 39) [10].

Ao longo dos meses, algumas famílias partiram para a colônia para iniciarem suas vidas na fronteira, integrando a colônia militar Pedro Segundo, garantindo não somente os colonos militares, como suas famílias, criando vínculos com a colônia, já que a saudade da família é um dos motivos para desertar.

Contudo, a ambição de atrair colonos para a região de fronteira não foi como as autoridades esperavam, pois eles afirmavam que dificilmente alguém sairia de seus lugares de origem para uma região onde não "houvesse recurso algum". Mas, mesmo assim, algumas pessoas dirigiram-se para a colônia em busca de promessas feitas pelos oficiais, como o pagamento de soldos altos. Dessa forma, a distribuição dos primeiros moradores da colônia militar Pedro Segundo ficou dividida em 28 homens, 28 mulheres e 18 crianças (HDB-FBN, 1840, p. 39)[11].

Outro ponto a se observar é a preocupação com quem deveriam ser os colonos da colônia militar Pedro Segundo. Todos deveriam ser brasileiros, pois estava localizada em uma região disputada de fronteira e os estrangeiros não apresentavam os valores e interesses nacionais, consequentemente oferecendo risco à soberania nacional (NUNES, 2012, p. 10). Enquanto os estrangeiros não seriam os colonos ideais, os indígenas eram

[9] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 2, 16 maio 1840. p. 8.

[10] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 9, 10 jun. 1840. p. 39.

[11] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 9, 10 jun. 1840. p. 39.

considerados colonos em potencial, existindo nas instruções de colonização da colônia militar Pedro Segundo dois artigos estabelecendo que:

> Art. 14ª Convindo muito ao serviço da nossa Santa Religião e aos interesses do Estado, que se chamem aos braços dela e aos seios de nossa sociedade os índios, nossos infelizes irmãos, o presidente da província mui especial e instantemente recomenda ao senhor comandante da colônia empregue todos os meios necessários e caritativos para chamar á povoação o maior número deles.
> Art. 15ª O Governo garante
> ξ 1ª O fornecimento de brindes, ferramentas e vestuários, como meios próprios para angariar a amizade e a união dos índios. O Governo pagará ao senhor comandante aquelas que assim fizer ou porá a disposição as que pedir.
> ξ 2ª A prestação a uma quantia igual ao soldo de três meses a toda aquela praça que angariar um índio, que o fizer habitar colônia e lhe ensinar a doutrina cristã necessária.
> ξ 3ª A gratificação de cinquenta mil reis á qualquer que se casar com uma índia e com ela habitar a colônia, recebendo, além dela, uma porção de terra para cultivar como propriedade. Todas as despesas, de que tratam esses serão feitas pelos cofres provinciais (HDB-FBN, 1840, p. 39-40). [12]

Esses grupos indígenas que seriam atraídos para a colônia simbolizavam um aliado na conquista da fronteira norte do Brasil, pois seriam fundamentais no reconhecimento e povoação da região, considerando a posse da terra pela *uti possidetis.* Dessa forma, em meados do século XIX, o projeto indigenista tinha a preocupação em inserir o indígena como símbolo nacional, estando ele em diversos discursos de integração, pois para alguns autores como Ilmar Mattos e Maria Helena Machado, o Brasil passava por uma intensa transformação político-ideológica preocupado em assumir a sua postura de nação, como um país que integra todo seu território, com o objetivo de levar a "civilização" para todas as partes de seu espaço nacional, principalmente nos sertões (MATTOS, 1986). Contudo, a inclusão do índio era apenas simbólica, pois a intelectualidade brasileira[13] (influenciada pelo Romantismo e Evolucionismo) estava preocupada em construir uma ideia de nacionalidade "pontuada pela exclusão de todos aqueles que não se encaixassem no padrão cultural europeu" (HENRIQUE, 2003, p. 8).

A própria documentação descreve os índios como "nossos infelizes irmãos", o que reafirma a necessidade de integrar o indígena à nação brasileira, não somente como aliado, mas como grupo que necessita de apoio por não ser um membro civilizado na nação, ou seja, o discurso afirma que é necessário civilizar o indígena para fazer parte

[12] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 9, 10 jun. 1840. p. 39-40.

[13] Entre estes intelectuais podemos encontrar Couto de Magalhães, Martius e os sócios do IHGB.

do império brasileiro. A estratégia de atração dos índios era baseada na oferta de brindes, ferramentas e vestuários, prática recorrente ao longo da história do Brasil e que seria oficialmente estimulada a partir de 1845 com a publicação do Decreto de 24 de julho de 1845[14]. Partia-se do princípio de que os índios seriam facilmente seduzidos pelos brindes, pensados como instrumentos de civilização.

Partindo desse discurso civilizatório, o indígena deveria ser inserido como membro participante da nação. Com a diminuição da população devido às muitas mortes ocasionadas pelo conflito entre cabanos e monarquistas brasileiros, os indígenas seriam fundamentais para a conquista da fronteira norte da província, já que o governo precisava de colonos para a povoação e potenciais soldados para a vigilância e proteção do território.

A relação da colônia militar Pedro Segundo com a perspectiva de civilização dos índios permanece ao longo de sua existência. Em 1860, matéria publicada no jornal **Treze de Maio** informava que

> O seu estado atual não é próspero. Entretanto, atenta a conveniência de termos estabelecimentos militares nos territórios desertos do norte da província, não julgo perdidas as despesas feitas com esse presídio de reconhecida utilidade para os indivíduos que negociam com os habitantes daquelas paragens e para as tribos que desejam pôr-se em contato com a civilização (HDB-FBN, 1840, p. 1) [15].

A existência de índios nos arredores da colônia militar constituía indicativo de que não se tratava de "territórios desertos do norte da província". Mas como eram povos considerados selvagens, não civilizados, o espaço que eles habitavam era definido como espaço vazio, a ser preenchido com a presença dos colonos e com a esperada civilização dos índios. A colônia atuaria como ponto de apoio aos comerciantes que se aventuravam pela região e também como ponto de atração dos índios à civilização. Vejamos o que disse, a esse respeito, Fausto Augusto de Aguiar:

[14] Sobre a leitura que os índios faziam desses brindes, conferir, Márcio Couto Henrique (2013), **Presente de branco: a perspectiva indígena dos brindes da civilização**. Cópias do referido decreto podem ser encontradas em José Oscar Beozzo (1983), **Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil**, e em Patrícia Sampaio e Regina Erthal (2006), **Rastros da memória: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia**.

[15] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta Official**, Belém, 16 jun. 1860. p. 1.

> Do Araguari e terras vizinhas ao Cabo do Norte. Era de reconhecida conveniência o estabelecimento desta missão para catequese das tribos que existem na parte superior do rio e nas terras que além se estendem para o Cabo do Norte, as quais, em grande parte, nunca foram exploradas. Sobre as vantagens que provirão de se criarem povoações nessa extremidade da província, acresce que pela proximidade da colônia militar de Pedro II, entre elas e esta se formarão relações que concorrerão para o seu mútuo desenvolvimento.
> Foi confiada esta missão ao beneficiado da catedral desta província, Estulano Alexandrino Gonçalves Baião, sacerdotes de recomendáveis qualidades (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, 1851, p. 58) [16].

Chama a atenção o fato de que os religiosos designados para o cargo de capelão da colônia militar eram, ao mesmo tempo, responsáveis pela atividade missionária junto aos índios da região. Para isso, o governo provincial criou uma missão no rio Araguari. Por todas essas razões, entende-se a manutenção da colônia por tanto tempo, mesmo com os permanentes sinais de falta de prosperidade.

A colônia militar Pedro Segundo, mesmo sendo constituída principalmente por militares, era também habitada por alguns civis. Faziam partes de seus habitantes oficiais e soldados do exército, praças da polícia, artesãos e operários, mulheres e crianças, os quais deveriam responder ao diretor da colônia como autoridade local e prestar serviços para o desenvolvimento da própria colônia. Essas pessoas realizavam todos os tipos de atividades como a formação de roças, a construção de canoas e casas, a criação de gado, a pesca, a colheita, entre outros serviços.

Porém, existiam alguns colonos que exerciam funções mais específicas, como os mestres carpinteiro e pedreiro, descritos em diversos documentos em situações inoperantes devido a doenças ou à falta de matéria-prima para realizar suas atividades. Quem descreve normalmente tais situações é outro colono específico: o cônego, que diferente dos demais, que estavam relacionados com uma área produtiva economicamente ou de manutenção da colônia, estava ligado à vida espiritual, realizando missas, batismos, funerais, casamentos.

Outros cargos específicos estavam relacionados a uma função vital para o contato dos colonos com o território em sua volta, a de remadores. Uma publicação do jornal **Treze de Maio**, na folha “expediente do Governo”, do dia 3 de janeiro de 1855, em resposta ao ofício de 16 de novembro de 1854, feito pelo então diretor da colônia militar, Joaquim Bezerra de Albuquerque, informava que os ditos remadores deveriam

[16] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: Governo**. Relatório do presidente da província do Gram-Pará, o exm. Sr. Dr. Fausto Augusto de Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Assemblea Provincial, no dia 15 de agosto de 1851. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1851. p. 58.

ser os colonos civis, devendo estes receber um pagamento pelo serviço e devendo, somente em último caso, empregar os soldados como remadores (HDB-FBN, 1855, p. 1)[17]. O que delimitava a importância de haver não somente militares e suas famílias, mas pessoas que servissem de base para diversas funções no cotidiano.

Segundo Bastos (2004), a formação da colônia militar deve-se ao recebimento de instruções para que alguns oficiais a fundassem. Inicialmente, o presidente da província, João Antônio de Miranda, acreditava que dentro da colônia prosperava a moralidade e os bons costumes entre seus moradores. Tanto é que pediu para que mulheres de "má vida" fossem enviadas para a colônia, para que seus "maus costumes" fossem "purificados" pelo gosto do trabalho que lá adquiririam.

O pensamento de "purificação" das pessoas na fronteira é muito próximo da ideia de "correção" de conduta, já que mesmo com pedidos dos diretores por praças de boa conduta, os militares enviados são, pelos relatos, indisciplinados, ociosos e doentes, o que prejudicava, segundo os relatos, o desenvolvimento da colônia militar Pedro Segundo.

Inicialmente, a colônia militar Pedro Segundo deveria ser um lugar de desenvolvimento da região do Cabo Norte, porém, com o tempo, ela passou a ser um lugar em que, segundo o então diretor da colônia Joaquim de Bezerra de Albuquerque, "a preguiça aqui reinava e ainda vai reinando" (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ[18], 1854)[19]. Essa descrição demonstra como se estabeleceu a relação de tensão entre os colonos e os administradores da colônia militar.

Como argumento, os diretores afirmavam que as diversas casas da colônia militar Pedro Segundo, sendo três pertencentes à "Nação", se encontravam em péssimo estado e serviam para diversas funções, como a capela, que servia de casa de arrecadação e casa de residência do comandante e diretor da colônia, que servia de quartel. Isso se dava por um constante improviso de funções (APEP, 1854)[20], ocasionado pela falta de trabalho por parte dos colonos ou de condições de infraestrutura para eles e para o desenvolvimento do lugar, o que de certa forma estava

[17] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 439, 23 jan. 1855. p. 1.

[18] N. do E. Será utilizada a sigla APEP para designar o Arquivo Público do Estado do Pará ao longo do texto.

[19] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855, 11/11/1854.

[20] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano 1851-1855. Doc. 16. 25/03/1854.

relacionado um ao outro, já que os colonos deveriam manter a colônia e, segundo os relatos, não o faziam.

Soldados, doentes e esqueletos no inóspito

Os relatórios nos mostram o difícil acesso decorrente da natureza específica da entrada ao rio Araguari e a falta de estrutura para tal colonização, como o meio de transporte precário mesmo depois de 14 anos de fundação da Colônia Militar Pedro Segundo, o que tornava menos atrativo ainda o seu povoamento. Logo, a motivação de colonizar a região do Cabo Norte diminuiria devido à distância e às dificuldades da região.

Como já foi visto, é possível visualizar que, além da distância da capital e da falta de infraestrutura, os casos de doenças recorrentes na região e, como o próprio cônego apontava, as "febres dominantes em Macapá" eram comuns e prejudicavam a própria produção econômica, já que uma pessoa doente não produz, como afirmava o cônego Estulano Alexandrino Gonçalves Baião ao informar que o mestre carpinteiro não trabalhava de 6 de janeiro até 26 de fevereiro de 1853 por estar doente (APEP, 1853)[21] ou o relatório da colônia militar de 19 de janeiro de 1865, que alegava ter parte dos praças doentes, obrigando a dividir as tarefas com poucos colonos (APEP, 1865)[22].

Decorrente destas características naturais, a província enfrentava elevado índice de mortalidade devido às diversas doenças que se alastraram, principalmente no Cabo Norte, que registrava alto índice de pessoas contaminadas por várias enfermidades no século XIX. Em correspondência do dia 25 de março de 1854 ao presidente da Província, o tenente Joaquim Bezerra de Albuquerque, então diretor da colônia, denunciava:

> [...] essa voz de epidemia que por aí propagam não é aqui tão assustadora, e as pessoas existentes não apresentam aquele caráter sezonativo de Macapá, cujos habitantes obstruídos e amarelos estão sempre doentes, e o mesmo se observa nos soldados da Fortaleza, que parecem uns esqueletos [...]. (APEP, 1854) [23].

[21] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 6, 08/04/1853.

[22] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 268. Ano: 1863-1868. Doc. 9, 19/01/1865.

[23] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano 1851-1855. Doc. 16. 25/03/1854.

Mesmo sendo uma visão otimista, ao comparar os soldados de Macapá com os da colônia militar Pedro Segundo, o diretor da colônia apresenta a existência das doenças como provenientes da epidemia da região do Cabo Norte e uma questão a se discutir, já que uma população doente não produzia devidamente e apresentava problemas que levavam a afetar a produção econômica da província e o projeto de nação, principalmente ao tratar da soberania na fronteira política, e os soldados doentes "que parecem uns esqueletos" representavam a fragilidade da nação.

O outro aspecto é a crise de abastecimento da região, pois sendo reduzida à população doente e somente parte dela trabalhando nas roças, o setor alimentício não poderia contribuir para manter o contingente populacional da província do Pará. Carlos Bastos apresenta que

> O desabastecimento porque passava a província paraense, [...], era a consequência do número diminuto de trabalhadores disponíveis, enquanto que parte considerável dos homens da região estava mais empenhada em se dedicar em circunstancialmente a atividades extrativistas, que não contribuíam para a economia provincial como um todo (BASTOS, 2004, p. 19).

Dessa forma, a produção agrícola não atingia seu objetivo. Essa ausência de mão de obra é vista por Jonas Marçal de Queiroz e Mauro Cezar Coelho como parte do índice de mortalidade provocado "após o período da Cabanagem, que significou um desastre para a região em termos demográficos, pois provocou a morte ou a dispersão de um contingente expressivo daquela população". (QUEIROZ; COELHO, 2001, p. 119).

Seguindo essa lógica, a colônia militar Pedro Segundo foi fundada em 1840, ano do término do conflito cabano, contexto em que a Província do Pará passou a ter a preocupação com as fronteiras, porém com uma população consideravelmente reduzida e "o saldo final da Cabanagem foi trágico, calculando-se que morreram cerca de 30 mil pessoas – 20% da população estimada da província" (VAINFAS, 2002, p. 105), além dos feridos, desertores, fugitivos e os inaptos para o trabalho, como crianças e idosos.

Daí a utilização de uma força de trabalho dos corpos de trabalhadores e do uso das forças armadas. As colônias militares são parte de um projeto do Segundo Reinado, porém com base em experiências coloniais, já que utilizou a mesma estratégia para povoar a fronteira, por exemplo, a utilização de militares açorianos na fundação de Mazagão (ACEVEDO MARIN, 1998; RAVENA, 1998).

Outro aspecto que mostrava a fronteira como inóspita é a utilização da colônia militar como punição, local de degredo. Em 14 de maio de 1875, o então diretor Capitão

Antonio José dos Santos Bentes escrevia para o presidente da província, pedindo a nomeação de "um oficial inferior de confiança e boa conduta para sargentear o destacamento [...], visto que hoje só mandam para este lugar soldados de péssima conduta e incorrigíveis, que só servem para fazerem barulho e provocarem seus camaradas" (APEP, 1875)[24].

Essa descrição apresenta a fronteira como punição (ou não) aos soldados de má conduta, que ameaçam o bem estar da sociedade e a formação da nação, a qual deveria enviar os "problemas" para longe da sociedade civilizada, a um local que os corrigisse e os tornasse elemento de "bem" e com amor ao trabalho e à pátria. Prioritariamente, estes "marginais" deveriam ser enviados para o inóspito local da fronteira, atingindo com isso a punição como solução para a colonização da fronteira.

O fato é que o discurso de fronteira inóspita não apresenta somente em sua essência a distância geográfica, a falta de estrutura, as doenças, o déficit populacional, mas atinge primordialmente a função social de degredo, a punição e a correção dos sujeitos sociais desenquadrados nos parâmetros de civilização que se pretende atingir. Dessa forma, na colônia militar Pedro Segundo, seus habitantes eram perseguidos pelas moléstias, que assolaram a região, tornando os trabalhadores fracos e indispostos.

Para Fábio Pontarolo (2010), os degredados não se enraizavam com o lugar destinado e, entre as atitudes de reação, a mais comum era a fuga. Porém, não era uma tarefa fácil, não pela vigilância interna, mas pela localização com "trilhas difíceis, repletas de indígenas, animais e outras dificuldades" (PONTAROLO, 2010, p. 112). Dessa forma, os colonos se encontravam em uma prisão natural e deveriam reagir perante o espaço que os cercava e as situações que exigissem.

Contudo, a documentação existente sobre a colônia militar Pedro Segundo revela que, muito embora estivessem marginalizados na fronteira norte do Brasil, abandonados pelo governo, longe de familiares e amigos, os colonos eram capazes de demonstrar solidariedade com seus companheiros de infortúnio. Foi o que aconteceu em 1859, quando surgiu na província a notícia de que em Santarém havia sido descoberta a cura da lepra. O jornal **Gazeta Official** informava sobre as

[24] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 347. Ano: 1875. Doc. 12, 14/05/1875.

> [...] quantias com que os senhores empregados, operários, praças do destacamento e alguns habitantes da colônia militar Pedro II, do Araguari, contribuíram espontaneamente em benefício dos morféticos indigentes que existem no lazareto do Paracary (HDB-FBN, 1859, p. 2) [25].

A **Gazeta Official** indicava os nomes dos colonos, seguidos da quantia que cada um havia oferecido para o tratamento dos leprosos:

O diretor, alferes M. da C. P. de Castro	50$000
O capelão, padre José Rodrigues da Silva	10$000
O almoxarife, 2º cadete J. B. de C. F.	6$000
O 2º cadete, 2º sargento R. A. Benício	2$500
Cabo Francisco Antonio	2$000
Cabo Francisco do Nascimento	2$000
Cabo Ignacio de Freitas dos Santos	2$000
Soldado Fortunato C. de Santana	10$000
Soldado Amâncio José	2$000
Soldado Joaquim José de Azevedo	2$000
Soldado Gabriel dos Anjos	2$000
Soldado João Pedro da Silva Pereira	2$000
Soldado Jerônimo Loureiro	2$000
Soldado Honorato Antonio de Assunção	2$000
Soldado Romualdo Antonio	2$000
Soldado Manoel Quitério	2$000
Soldado Balduíno Ribeiro Ramos	2$000
Soldado Antonio José Ribeiro	2$000
Soldado José Cardoso de Carvalho	2$000
Soldado João Cabenda	2$000
Soldado Firmino José Pedro	2$000
Habitantes, Francisco Manoel Diniz	5$000
Maria de Lima Diniz	5$000
Baltazar Batista dos Santos	2$000
Alexandrina Antonia dos Santos	2$000
Julio Serrão	1$000
Maria Joaquina da Conceição Serrão	1$000
Rita de Cácia Simôa	$500
Beneto Monteiro de Buenos-Ayres Sereno	1$000
Anna Francisca de Miranda	1$000
Angélica Serrão	1$000
Caetana Maria	1$000
Manoel João Quaresma	1$000
Inês Maria da Conceição	1$000
Honório Antonio de Lima	1$000
Maria Engrácia	1$000
	133$000

(HDB-FBN, 1859, p. 2) [26].

Justifico ao leitor a apresentação dessa lista relativamente extensa. Em primeiro lugar, ela nos permite dar nome aos sujeitos que tantas vezes foram retratados na documentação oficial como preguiçosos, viciosos e desordeiros. A lista apresenta esse

[25] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta Official**, Belém, 16 set. 1859. p. 2.

[26] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta Official**, Belém, 16 set. 1859. p. 2.

grupo de colonos atribuindo a eles dignidade e mesmo vivendo em situações precárias, com baixos salários, que atrasavam por meses, "contribuíram espontaneamente", enfatizava jornal, para o tratamento dos leprosos.

Em segundo lugar, a lista nos permite investigar um pouco mais o perfil dos habitantes da colônia. Em matéria publicada no **Treze de Maio**, em 1856, Manoel da Conceição Pereira de Castro, diretor da colônia militar Pedro Segundo, em ofício encaminhado ao presidente da província, apresenta dados de uma das pessoas citadas na lista:

> Comunico a Vmc. que em deferimento ao requerimento de Rita de Cácia Simôa, condenada a vinte anos de prisão nessa colônia, tenho nesta data expedido as convenientes ordens a Câmara Municipal de Macapá para que arbitre uma quantia razoável para subsistência da suplicante enquanto estiver ela cumprindo a sua sentença. (HDB-FBN, 1856, p. 2) [27].

Note-se que Rita de Cácia Simôa consta na lista contribuindo com a menor quantia entre os doadores ($500). Por outro lado, a presença dessa mulher entre os colonos nos permite refletir sobre o discurso das autoridades que defendiam que a colônia fosse habitada apenas por pessoas de boa conduta, muito embora não saibamos as razões que levaram Rita de Cácia Simôa a ser condenada. De todo modo, fica claro o uso da colônia Pedro II como lugar de degredo, de punição a pessoas que apresentassem comportamento considerado inadequado pelas autoridades.

A forma como a lista foi elaborada nos permite perceber a hierarquia social existente na colônia militar Pedro Segundo: diretor, capelão, almoxarife, cadetes, cabos, soldados e habitantes. É no último escalão, o dos habitantes, que Rita de Cácia Simôa aparece. Os valores doados também acompanham, em certa medida, essa hierarquia; note-se que diretor, capelão e almoxarife foram os que contribuíram com alguns dos maiores valores, 50$000, 10$000 e 6$000, respectivamente. Mas, chama a atenção os valores doados pelo soldado Fortunato C. de Santana (10$000) e pelos habitantes Francisco Manoel Diniz (5$000) e Maria de Lima Diniz (5$000), bem acima do valor oferecido pela maioria dos colonos.

Outro colono que a lista nos permite conhecer melhor é o soldado Balduíno Ribeiro Ramos. Vejamos o que se publicou, sobre ele, o jornal **Treze de Maio**, de 18 de setembro de 1861.

[27] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 2 set. 1856. p. 2.

> O marechal de campo comandante das armas ordena que o soldado do batalhão 11 de infantaria Balduíno Ribeiro Ramos responda a conselho de guerra, por ter-se provado no de investigação, a criminalidade dos fatos de haver-se embriagado e tentado forçar diversas mulheres existentes na colônia militar Pedro II, achando-se com uma navalha, causando por essa forma ofensas físicas a uma e ter resistido armado de uma baioneta a ordem que dera o diretor da dita colônia para ser metido no tronco, visto não haver segurança na prisão e querer continuar nos mesmos desatinos (HDB-FBN, 1861, p. 5) [28].

Balduíno Ribeiro Ramos desafiou a ordem que se desejava para o espaço da colônia militar Pedro Segundo. O episódio revela a presença de bebidas alcoólicas na colônia, razão da indicada embriaguez do soldado. Alterado pela embriaguez, ele tenta violentar, ofende e agride fisicamente mulheres da colônia, chegando ao ponto de, armado, resistir à voz de prisão. Pode-se perceber, ainda, a prática de castigar os soldados colocando-os "no tronco" e a curiosa falta de segurança da prisão dentro de uma colônia militar.

Dois outros soldados que constam na lista de doadores podem ser vistos em ações posteriores referentes à colônia. Em 1856, o Comandante das Armas solicitou ao diretor da colônia que enviasse para Belém cinco soldados "a fim de serem ouvidos como testemunhas no Conselho de Guerra a que se vai proceder contra os soldados comprometidos no assassinato do ex-diretor e comandante do destacamento da mesma colônia" (HDB-FBN, 1856, p. 2)[29]. Duas das testemunhas seriam Honório Antonio de Lima e Julio Serrão.

Revoltas e reações

Dentro do período imperial, todo homem era um soldado em potencial e como era obrigatório servir nas forças armadas, tanto nas tropas pagas quanto nas auxiliares encontravam-se pedreiros, sapateiros, carpinteiros, lavradores e outros. Ser militar fazia parte da vida de qualquer homem que tivesse acima de 14 anos. Essa situação é vista nos relatos da colônia Militar Pedro Segundo. Mesmo as tropas pagas deveriam servir para trabalharem em algum lugar, de preferência nas roças, o que tornava a vida dos soldados muito difícil, pois deveriam trabalhar como lavrador e servir como soldado.

[28] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 18 set. 1861. p. 5.

[29] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 2 maio 1856. p. 2.

Shirley Nogueira discute que a vida militar atrapalhava também os lavradores, pois lhes tomava bastante tempo. Tempo este perdido que prejudicava as suas roças [30].

Não significa, entretanto, que todos dentro da colônia "acatassem" com passividade essa realidade. Assim, parte da vida desses militares girava em torno não dos seus deveres com as forças armadas, mas sim com as suas relações familiares e as suas relações de solidariedade com seus companheiros. Essas relações sociais mútuas ajudavam esses sujeitos a encararem o serviço militar, que muitas vezes era abusivo, o que de certa maneira facilitava as sublevações que aconteceram em diversos períodos da história militar mundial e brasileira (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004). Dentro da colônia militar Pedro Segundo não foi diferente. As documentações nos mostram diversos casos em que os soldados realizavam motins, jogatinas e, frequentemente, insultavam os seus superiores hierárquicos.

Assim, pode-se perceber que as relações sociais da colônia não ocorreram de uma forma romântica e patriótica, como a história militar tradicional afirmava (CASTRO; IZECKSOHN; KRAAY, 2004). O sargento Serafim José Ferreira, em 1853, descrevia a "insubordinação" de soldados dentro da colônia militar Pedro Segundo para sua pessoa:

> [...] mandando eu recolher a prisão um cabo de esquadra da mesma Arma por me faltar com respeito este mencionado soldado (cabo) se levantou contra mim estando todo o destacamento em forma e dizendo aos seus camaradas em voz alta que não consentissem eu recolher o dito cabo por que (eu) era uma maroteira, pois eles não estariam sujeitos a castigo algum, pois Exmo Sr. Eu (ilegível) tendo que quem está ensinando seus companheiros para o mal é ser um cabeça da revolução e dizendo lhe eu que não estivesse falando asneiras (APEP, 1853) [31].

O fato acima descrito mostra que toda a disciplina investida na colônia militar Pedro Segundo não fazia dos colonos militares "padronizados", muitas vezes devido à relação tensa entre colonos e seus superiores. O cabo, demonstrando pouco respeito com a autoridade representada no sargento, chama-o de "maroteira" [32], dando a entender que o seu superior era "malandro" e ao referir-se ao sargento de forma feminina, duvidava de sua "masculinidade" e desafiava sua autoridade perante os outros soldados.

[30] Apresenta que dentro do contingente das forças do Exército existia uma variedade de profissões, entre as quais se destacava a de lavradores. Estes lavradores, segundo ela, tinham maior frequência dentro das tropas auxiliares, seguido de carpinteiros e sapateiros, mas também podiam ocupar as tropas pagas (NOGUEIRA, 2000).

[31] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 3, 12/02/1853.

[32] Maroteira é um sinônimo feminino de ladino, esperto, velhacaria (FERREIRA, 2004).

Após quase um mês do relato acima descrito, na noite do dia 18 de março de 1853, um motim ocorreu, participando dele os soldados de linha e a guarda policial destacada na colônia, agindo violentamente contra o almoxarife sargento Serafim José Ferreira, relator da denúncia. Depois do ocorrido, foram presos os "cabeças" da revolta: Ausdeão de Ignacio, Antonio de Souza, Maximo Gomes de Souza e Herculano José Solteiro (APEP, 1853) [33].

Tais desentendimentos eram recorrentes, o que levava, em alguns casos, aos motins, que eram bastante comuns nas organizações militares. Paloma Siqueira Fonseca cita a diversidade de grupos sociais que as forças armadas puniam, não somente os militares, mas a própria sociedade civil como

> [...] infratores dos corpos da Marinha e do Exército, prisioneiros de Guerra, [...] escravos mandados por seus senhores para correção, pessoas condenadas pela Justiça comum a trabalhos forçados e a degredo, além de indivíduos recrutados à força acusados de vadiagem (FONSECA, 2004, p. 140-141).

Ou seja, a indisciplina militar afetava a imagem disciplinadora que as forças armadas deveriam exercer.

Para Carlos Bastos (2004), já no primeiro ano de existência da colônia militar Pedro Segundo, parte dos praças pretendeu realizar um motim parecido com o que houve no destacamento do Furo do Limão[34]. Esse motim mostrou que as ideias e as ações de indisciplinas migram no meio militar e acabam servindo de referência para outras sublevações. O fato é que as sublevações dentro da colônia militar Pedro Segundo são bastante recorrentes nas documentações.

Os colonos que foram enviados para ocuparem a colônia militar Pedro Segundo esperavam uma mensalidade de seis mil réis para morarem nela, o que acabou não ocorrendo (BASTOS, 2004). Era comum a publicação de ofícios nos jornais informando sobre o atraso no pagamento dos soldados, como este publicado na **Gazeta Official**, de 21 de Janeiro de 1859:

> Ao inspetor da tesouraria de fazenda, remetendo-lhes as folhas do almoxarife e operários da colônia militar Pedro II para pagamento de seus vencimentos relativos aos meses de outubro do ano próximo passado a março do corrente ano, a fim de que mande satisfazer a sua importância (HDB-FBN, 1859, p. 1) [35].

[33] APEP SPP – Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 4, 08/04/1853.

[34] Furo do Limão é uma localidade que está perto de Curumu, Ilha Curumu e Ilha Ituquara, a sudoeste de Santarem, Pará.

[35] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta Official**, Belém, 21 jan. 1859. p. 1.

Esperava-se que a colônia se tornasse ao longo do tempo bastante próspera, o que acabou não acontecendo (CRUZ, 1958). A condição de vida dos soldados era bastante precária, pois muitas vezes não recebiam seus soldos, faltavam remédios, roupas, madeira para as construções, etc. Tudo isso somava para a insatisfação dos soldados. Se, de modo geral, as autoridades atribuíam a falta de prosperidade da colônia militar Pedro Segundo a suposta ociosidade dos colonos, eis que alguns presidentes da província apontavam outras razões para isso. É o que se depreende da fala de Jerônimo Francisco Coelho, em 1849:

> A Colônia de Pedro II, no rio Araguari, mandada fundar em 1840 por um de meus dignos antecessores, o Desembargador João Antonio de Miranda, tendo a princípio florescido enquanto a persistência do seu fundador na administração lhe proporcionou meios e lhe prestou proteção, veio posteriormente a cair em completo abandono, sendo as principais causas a falta de cumprimento de promessas aos primeiros colonos sobre a doação de terrenos e o severo tratamento que em lugar tão remoto sofriam os mesmos colonos da parte do último diretor que ali existiu. (HDB-FBN, 1849, p. 141)[36].

Partindo dessa realidade de abandono pelos poderes públicos, os diversos diretores que passaram pela Colônia militar Pedro Segundo enviavam suas "súplicas" para que o presidente da província atendesse pelo menos os pedidos mais importantes e que pagasse os soldos da tropa urgentemente, visto que estavam sempre atrasados, apesar de sempre culparem os colonos de que essa situação devia-se à "preguiça" frente ao trabalho que deveriam realizar. É o que se observa no documento abaixo.

> [...] e a folha do pagamento que me foram entregues, estando já a levantar ferro, donde V. Exa ponderar haver a maneira pela qual até que se tem feito pagamento aos guardas do destacamento da colônia, sendo essa uma das causas da deserção de algum destes, como também a falta de regularidade do tempo de serviço. (APEP, 1851) [37].

O fato é que essas sublevações entravam em choque com um manual do exército escrito no século XIX, no qual havia as definições de que os soldados deveriam ser fiéis às ordens militares e aos regulamentos (KRAAY, 2004). Além disso, dentro do exército brasileiro havia a constante punição de soldados pelos castigos físicos, apesar de

[36] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: Governo**. Falla dirigida pelo exmo sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, prezidente da provincia do Gram Pará á Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849. Pará: Typ. de Santos & filhos, 1849. p. 141.

[37] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa159. Ano: 1851-1855. Doc. 1, 15/07/1851.

existirem diversas discussões contrárias a esse tipo de prática. Contudo, os soldados sabiam diferenciar quando o castigo passava dos limites. E o resultado disso eram as diversas formas de resistência elaboradas por esses sujeitos históricos.

Bastos mostra que a disciplina dentro das tropas dependia da formação de valores que eram compartilhados entre os soldados e oficiais. Ou seja, se uma das partes ignorasse esses valores, a disciplina ficaria abalada. O diretor da colônia militar Pedro Segundo, em 18 de novembro de 1853, relatava que a insubordinação da tropa era preocupante, pois os soldados afirmavam que, se fossem castigados, fugiriam para Caiena e o diretor não teria como manter muitos praças ou paisanos presos por muitos dias, pois logo receberiam ameaças de invasão do quartel e assassinato das autoridades da colônia (APEP, 1853)[38].

Porém, não existia apenas uma pressão vinda de baixo para cima, ameaçando a ordem da colônia militar Pedro Segundo, pois as próprias autoridades muitas vezes provocavam a tensão, acarretando motins e deserções. Vejamos a denúncia do escrivão no anexo do ofício de 1855, de João Florêncio Dantas para Sebastião do Rego Barros, que nos mostra o abuso de poder do diretor da colônia com seus soldados.

> V. Exa. os atos praticados pelo tenente diretor desta colônia, Joaquim Bezerra de Albuquerque, que este só cuida em negociar e não se importa do que pertence a nação; tem mandado fazer canoas para si com a madeira da nação, pelo próprio operário desta colônia, Justiniano Francisco da Costa; tem mandado por vezes soldados pescarem pirarucu, para depois vender aos mesmos soldados e a outras pessoas, pelo preço de 160 reis a 18; tem mandado buscar canoas e canoas carregadas de cação; mandou demolir uma roça de milho para si, dizendo que era da nação, como se esta tivesse galinhas nesta colônia que precisasse de milho; cuja roça é a da várzea que o mesmo diretor (APEP, 1855) [39].

O fato é que as relações seriam rompidas entre soldados e oficiais dentro da colônia. Os oficiais acusavam os soldados de preguiça, "ociosidade" e insubordinação acabando por caracterizar uma constante tensão entre soldados e praças em relação aos oficiais e às autoridades da colônia. Contudo, o que os oficiais chamavam de "preguiça" e "ociosidade" deve ser considerado como uma forma de reação. Pois os soldados eram levados para uma região onde não havia nenhuma estrutura, eram maltratados pelos

[38] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159, ano: 1851-1855, 18/11/1853.

[39] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159, ano: 1851-1855. Doc. 41, 1855.

oficiais, não recebiam seus soldos regularmente. Dessa forma, recusavam-se a trabalhar ou diminuíam o ritmo do trabalho.

Na verdade, havia uma espécie de "regra" implícita dentro dessas relações. Embora a disciplina militar fosse bastante rígida, ela deveria também ser moderada, sob pena da sublevação. Realidade que os conhecidos como "subjugados" pela ordem militar, habitualmente, propagavam o medo para as autoridades competentes e, dessa forma, deveria existir um "bom senso" nas relações de poder.

As mesmas autoridades da colônia, para justificarem suas atitudes ou punirem os soldados, também escreviam para a capital para informar a indisciplina e "maus hábitos" dos soldados. O mesmo Joaquim Bezerra de Albuquerque, diretor da colônia Pedro Segundo, denunciava que

> [...] habitando nesta colônia o paisano denominado colono Manuel João, casado com Ignez Maria Rosa, com a mesma denominação desapareceram de uma pequena roça onde se achavam morando no fim de junho para o princípio de julho, levando em sua companhia Romana Francisca, também colona. Quando tomei conta da dita colona ela morava com o referido Manuel João; e como a sua casa fosse um ponto de reunião dos soldos para jogos e embriaguês, impôs ao mesmo Manuel João que não convertesse se reunir nela 2 soldados afim de evitar rixas que já se iam formando entre eles; mas não permitindo a preguiça de Manuel João que ele pudesse aqui existir sem o [...] que lhe deixavam as reuniões. Me pediu licença e retirou-se para a roça de onde desapareceu queixando-se que eu o perseguia; porém para que o meu procedimento aqui não cause cuidado a V. Exa. relativamente aos colonos, permita-me V.Exa. a liberdade:
> Dois soldados de 4 que tive de fazer recolher á praça de Macapá se achavam amasiados com ambas as mulheres supraditas e combinaram para que elas fugissem que eles também fugiam quando a canoa fosse para Macapá e se reuniam para irem para o Amapá, assumindo a tudo isto o próprio Manuel João (APEP, 1854) [40].

Nesse documento percebe-se a situação de tensão formada entre os colonos e o diretor da colônia. Nota-se a tentativa de deserção de soldados, que no caso específico iriam fugir com as colonas, sendo uma delas casada. Nesse contexto, o diretor justifica sua atitude, a partir de um discurso oficial, afirmando que os colonos são "ociosos" e vivem "para jogos e embriaguês" e que, apesar de seu esforço, "a preguiça ali reinava e ainda vai reinando" (APEP, 1854)[41]. Mas, como foi citado acima, essa era uma situação elaborada pelos soldados como forma de reagir à "dominação" dos oficiais, ou seja, evitando o trabalho, fugindo e fazendo motins, como o que levou ao assassinato do

[40] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 24, 03/11/1854.

[41] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 24, 03/11/1854.

diretor Joaquim Bezerra de Albuquerque, à pilhagem da colônia militar Pedro Segundo e à castração a malho[42] e à fuga do capelão e diretor da missão do rio Araguari, Estulado Alexandrino Gonçalves Baião, que partiu da colônia antes de ser também vítima da revolta (HDB-FBN, 1855, p. 4)[43]. Esse motim tomou grande espaço na imprensa, pois os amotinados fugiram, alguns para Caiena e outros para a região contestada franco-brasileira, sendo capturados algum pouco tempo depois.

O fato da castração pode possuir diversos significados, mas foi tão chocante que depois foram publicadas diversas informações que se desencontravam, justificando a morte do cônego (HDB-FBN, 1855, p. 1)[44] com a abertura de sua vaga na missão do Araguari e de capelão da colônia Pedro Segundo (HDB-FBN, 1855, p. 3)[45], pouco tempo depois a exoneração do cargo de capelão (HDB-FBN, 1855, p. 2)[46], até o cargo ser ocupado pelo frei Marcello de Santa Catarina de Sena (HDB-FBN, 1856, p. 1)[47]. Tal cobertura ignorava totalmente o fato da castração ocorrido na colônia Pedro Segundo como uma forma de selecionar a imagem do cônego como membro importante da sociedade paraense.

Muitos dos conflitos ocorridos na colônia relacionados à tensão entre os diretores e os colonos estavam ligados não somente aos maus tratos e pelas punições disciplinadoras, mas também à falta de promessas cumpridas como soldos atrasados, benefícios não dados, terras não entregues, sendo o motivo de revoltas e deserções, principalmente por estarem em uma região tão remota como o Cabo Norte (NUNES, 2012, p. 13).

Tais reações dos colonos eram possíveis devido às relações construídas com grupos no entorno da colônia, criando relações de solidariedade, como no caso relatado pelo diretor Joaquim Bezerra de Albuquerque, no dia 3 de novembro de 1854. Meses antes de ser assassinado, denunciava:

---

[42] A dita se refere a castração feira por um martelo sem unhas nem orelhas, usado frequentemente por ferreiro (FERREIRA, 2004).

[43] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 9 jun. 1855. p. 4.

[44] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 16 ago. 1855. p. 1.

[45] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 25 ago. 1855. p. 3.

[46] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 27 dez. 1855. p. 2.

[47] HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 8 ago. 1856. p. 1.

> Acuso a recepção do ofício de V. Exa, de 26 de maio, acerca do desertor do brigue escuna de guerra Leopodina, de nome Euzebio Correia [...] Alferes ex. comandante desta colônia, [...] fora capturado e conseguira se evadir, se acha homiziado no lugar denominado Apurema, em casa de João Manuel de Lira Lobato, a V.Exa, me recomenda que empregue todas as diligências para de novo ser capturado e remetido conveniente, tendo em resposta de dizer a V. Exa. [...] pelo referido alferes não é exata, pois que nunca aqui constou que aquele desertor estivesse homiziado em casa do dito Lobato e nem em imediações [...]. O que posso dizer a V. Exa. é que tendo desertado do destacamento de Macapá os soldados Manuel de Cristo e Manuel do Carmo Ferreira os quais fizeram parte deste, constou-me que se foram homiziar no mencionado lugar em casa de Manoel João Maciel criador de gado e vindo dali uma canoa de casa de Lobato o dito Manoel João Maciel participou-me que por ali andavam aqueles dois soldados os quais se retiraram com a vinda da canoa (APEP, 1854) [48].

No relato acima, é possível perceber as redes de solidariedades entre os desertores e os grupos que viviam na região, apoiando os soldados desertores com hospedagem e transporte (NOGUEIRA, 2000), mas é interessante analisar como as deserções não eram uma característica somente dos soldados, mas também de oficiais, como o caso do ex-diretor da colônia, Euzébio Correia, que foi capturado e fugiu, sendo procurado pelas forças armadas e, mesmo não sendo encontrado, as buscas apresentavam pessoas relacionadas à sua fuga, como a casa de João Manuel de Lira Lobato, mesmo não apresentando nenhum vestígio de ter ajudado o dito alferes. Porém, foram encontradas provas de que João Manuel de Lira Lobato ajudava outros desertores como os soldados de Macapá Manuel de Cristo e Manuel do Carmo Ferreira.

As relações do cotidiano da fronteira marcavam as diversas realidades como trabalho, relações de poder, deserções, motins, vida e morte na colônia militar Pedro Segundo. Tais interações influenciavam os discursos que justificavam a manutenção da colônia, que variavam entre o sucesso e o fracasso.

Discursos de sucessos e fracassos

Pode-se perceber que o cotidiano de uma vida na fronteira era bastante difícil, além do quadro exposto, pois a variedade de epidemias presente nesses lugares levava muitos colonos. As distâncias e dificuldades de contato com o governo da província e as tensas relações de poder existentes entre colonos e seus diretores faziam a colônia militar Pedro Segundo se encontrar em estado frágil, induzindo os discursos a tenderem para uma perspectiva maniqueísta acerca das informações levadas à presidência da

[48] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 26, 03/11/1854.

província, caracterizando os colonos como preguiçosos e rebeldes. Porém, os discursos sobre o fracasso e sucesso da colônia Pedro II variavam quanto ao seu motivo.

Dessa forma, Rosa Acevedo Marin afirma que o fracasso dessas colônias militares não depende somente da natureza ou do esforço dos colonos, mas sim das diversas relações que ocorrem dentro da colônia e fora dela. Em 15 de março de 1852, o diretor da colônia, o alferes Manuel da Conceição Pereira de Castro, em correspondência ao Diretor Geral de terras públicas do Império na Província do Grão-Pará, Doutor Marcos Pereira de Salles, informava:

> [...] a relação junta dos medicamentos quanto esta data fica existindo na botica desta colônia inclusive os que proximamente para a [ilegível] foram remetidos, informando igualmente a V. Exa. que as moléstias que aqui reina são; seções, icterícia, algumas constipações e [ilegível], poucos casos [ilegível] e outras moléstias passageiras que aqui não merecem menção (APEP, 1852) [49].

A partir dos fatores apresentados acima acerca das "moléstias", os diretores deixavam entender que era muito difícil que a colônia militar Pedro Segundo prosperasse em algum quesito, já que seus colonos, estando doentes, não poderiam desenvolver a colônia como era esperado. Esses colonos produziam apenas para seu sustento, sem pensar no abastecimento para outras vilas de seu entorno, já que, habitualmente, encontravam-se doentes demais para trabalhar ou, muitas vezes, recusavam-se a se empregar nos serviços fingindo-se de doentes (BASTOS, 2004) e até mesmo as relações que ocorriam dentro da colônia contribuíam para este caminho.

Outro fator que também contribuía para o entrave econômico dentro da colônia, segundo seus diretores, consistia na falta de recursos para o trabalho dos colonos, ou seja, a falta de investimentos que o governo da província fazia na colônia militar Pedro Segundo. Em relatório de 8 de Abril de 1853, o Sargento Serafim José Ferreira justificava porque alguns colonos não trabalhavam diariamente:

> [...], não se trabalhou sempre o efetivo por falta de mantimentos de farinha de que deparou muita necessidade por causa de não ter aqui correio que se pode mandar daqui para fora (APEP, 1853) [50].

[49] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 2. 16/03/1852.

[50] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano 1851-1855. Doc. 5. 08/04/1853.

No documento acima é possível perceber que a fome também fazia parte da realidade dos colonos, levando à indisposição dos colonos e à propagação de doenças, pois sem uma alimentação básica a resistência física das pessoas tornava-se mais vulnerável às diversas moléstias que dominavam a região, fortificando o discurso de fracasso. Um ano depois, o mesmo diretor da colônia remetia outro pedido ao presidente da província.

> [...] e conveniente ao pedido de que tomo liberdade remeter incluso, tomando-se nossa necessidade dos machados, facões, pelo inventário vera V.Exa. a qualidade destes gêneros de ferramenta, que poderão ter um destino qualquer (APEP, 1854) [51].

Essa situação apresentada sobre o discurso da falta de ferramentas básicas ao trabalho como machados e facões, levou a frequentes reclamações dos responsáveis pela produtividade, afirmando que não podiam "progredir" devido ao descaso do governo imperial, e dos colonos que não trabalhavam como deveriam ou estavam impossibilitados de trabalhar, pois não tinha a mínima forma de se pôr o trabalho em prática. Tais relatórios mostram que mesmo com todos os pedidos de investimentos, a colônia mantinha o estado de descaso, pois mais de dez anos depois dessas reclamações acima o mesmo discurso continuava. No relatório da colônia, de 18 de outubro de 1865, consta que

> O estado da colônia tem sido um pouco desanimador, por ser a que menos consideração tem merecido do governo que tem deixado de atender suas palpitantes necessidades e necessidades e de operários, aliás tão necessários, pois que, (ilegível) carpinteiro e este mesmo soldado e o limitado número de 22 praças de que se compõe o destacamento, é possível acudir-se a tantas necessidades reclamadas em um estabelecimento desta ordem, visto o seu estado lastimoso quando dele tomou conta o atual diretor, que nem casa achou para sua residência.
> O dito número de praças é ainda reduzido porque o empregam efetivamente na canoa que serve de correio, acontecendo serem outras afetadas das sezões que infestam o lugar; os serviços de colonos, se tornou remissas por não serem a isso obrigados, e estarem algumas habituadas, a aquosidade; entretanto que o estabelecimento precisa de homens agricultores e amigos do trabalho, para o que tem a colônia solo fértil e excelentes campos. [...] a população da colônia é composta, a exceção das praças do destacamento e suas famílias, de habitantes como os de outras partes da província e povoados a trabalho á ponto de só plantarem o que lhes é necessário para manterem-se (APEP, 1865) [52].

[51] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano 1851-1855. Doc. 16. 25/03/1854.

[52] ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 268. Ano: 1863-1868. Doc. 25, 18/10/1865.

Nessas relações, podem-se perceber as questões mais diretas entre os superiores da colônia e seus "subalternos" que, conforme é descrito no relatório, não era igual em sua constituição demográfica, sendo formada por militares, estes reduzidos por estarem em funções que não lhes eram atribuídas (de remadores) ou doentes, e paisanos que, segundo o discurso, somente produziam para seu próprio sustento e conviviam juntos dentro do cotidiano de fronteira. Cruz (1958) afirma que as colônias fracassaram, não chegando a produzir muito mais que para o seu próprio sustento. O motivo não era a infertilidade da terra ou a necessidade de técnicas avançadas de agricultura, mas sim a relação de trabalho entre os colonos e as colônias.

Considerações finais

O fato é que tais discursos fortificavam o discurso de fracasso do projeto da colônia militar Pedro Segundo, como era planejado e esperado em sua fundação, porque, em 1900, com a definição da fronteira estabelecida no Oiapoque, talvez a colônia não tivesse mais sentido de existir ou talvez como Acevedo Marin (1998) descreve, porque as diversas relações sociais ocorridas na fronteira das colônias militares culminaram para o seu fim.

Porém, o discurso de sucesso da colônia é mais sutil, defendendo que, apesar de ter sido uma sucessão de fracassos ao longo de sua existência, em que o governo passou ao longo do século XIX tentando sempre recolonizar a colônia militar Pedro Segundo, ela atingiu seu objetivo de marcar um ponto de vigilância e proteção da região como base de controle e distribuição demográfica de uma província devastada pela Cabanagem. Dessa forma, é possível ver sucesso escondido no fracasso, existindo nas estrelinhas do discurso oficial vozes de experiências sociais do cotidiano da fronteira.

Quando se faz uma leitura cuidadosa das documentações sobre a colônia, ela nos revela a teia complexa das relações sociais que existiram em seu interior e em seu exterior, além de nos mostrar como os soldados e os colonos criaram suas próprias elaborações de sociedade. Muitas vezes a vida nessa sociedade foi bastante tensa entre os mais variados grupos sociais e bastante sacrificada pela falta de recursos e de assistência com as pessoas.

Um caso que demonstra bem essa situação é o destaque dos jornais aos assassinos do diretor Joaquim Bezerra de Albuquerque, que fugiram para a região do Amapá, conhecida por reunir todo tipo de "marginais", alguns chegando até à Guiana

Francesa. Essas vias de acesso serviam para mostrar a complexidade e a necessidade da povoação no Cabo Norte, sendo um ponto essencial para o acesso regional.

O discurso da fundação da colônia militar Pedro Segundo como um fracasso em sua existência é reavaliado pela história oficial ao se perceber que a região do Contestado entre o Brasil e Guiana Francesa, hoje pertencente ao Brasil, e a fixação de ponto militar no rio Araguari foram um dos fatores de permanência e da conquista do Cabo Norte depois de séculos de disputa entre as nações, que seria resolvida pela diplomacia, mas que dependeu de homens e mulheres que justificassem a presença brasileira na região Contestada entre França e Brasil.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: Governo**. Discurso recitado pelo exmo. snr. doutor João Antonio de Miranda, prezidente da provincia do Pará na abertura da Assemblea Legislativa Provincial no dia 15 de agosto de 1840. Pará: Typ. de Santos & menor, 1840. p. 67.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: Governo**. Falla dirigida pelo exmo sñr conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, prezidente da provincia do Gram Pará á Assembleia Legislativa Provincial na abertura da segunda sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1º de outubro de 1849. Pará: Typ. de Santos & filhos, 1849. p. 141.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: Governo**. Relatório do presidente da província do Gram-Pará, o exm. Sr. Dr. Fausto Augusto de Aguiar, na abertura da segunda sessão ordinária da sétima legislatura da Assemblea Provincial, no dia 15 de agosto de 1851. Pará: Typ. de Santos & Filhos, 1851. p. 58.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 1, 15/07/1851.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 2. 16/03/1852.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 3, 12/02/1853.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 4, 08/04/1853.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano 1851-1855. Doc. 5. 08/04/1853.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 6, 08/04/1853.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159, ano: 1851-1855, 18/11/1853.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano 1851-1855. Doc. 16. 25/03/1854.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 24, 03/11/1854.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855. Doc. 26, 03/11/1854.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159. Ano: 1851-1855, 11/11/1854.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 159, ano: 1851-1855. Doc. 41, 1855.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 268. Ano: 1863-1868. Doc. 9, 19/01/1865.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 268. Ano: 1863-1868. Doc. 25, 18/10/1865.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ. **Fundo: SPP**. Caixa 347. Ano: 1875. Doc. 12, 14/05/1875.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 2, 16 maio 1840. p. 8.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 3, 20 maio 1840. p. 10–11.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 6, 30 maio 1840. p. 22–23.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 9, 10 jun. 1840. p. 39.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 9, 10 jun. 1840. p. 39-40.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, n. 439, 23 jan. 1855. p. 1.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 9 jun. 1855. p. 4.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 16 ago. 1855. p. 1.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 25 ago. 1855. p. 3.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 27 dez. 1855. p. 2.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 2 maio 1856. p. 2.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 8 ago. 1856. p. 1.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 2 set. 1856. p. 2.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta Official**, Belém, 21 jan. 1859. p. 1.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta Official**, Belém, 16 set. 1859. p. 2.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Gazeta Official**, Belém, 16 jun. 1860. p. 1.

HEMEROTECA DIGITAL BRASILEIRA – FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. **Treze de Maio**, Belém, 18 set. 1861. p. 5.

RIBEIRO, Duarte da Ponte. **Apontamentos sobre o estado das fronteiras no Brasil. Apontamentos sobre o estado da Fronteira do Brasil em 1844, em adiantamento à memória de 1842 sobre limites do Império**. Belém: 1ª Comissão Demarcadora de Limites, 1842.

Fontes secundárias

ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998.p. 53-92.

BASTOS, Carlos Augusto de Castro. **Os Braços da (des)ordem**: indisciplina militar na Província do Grão-Pará (meados do XIX). 2004. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-graduação em História, Niterói, 2004.

BEOZZO, José Oscar. **Leis e regimentos das missões**: política indigenista no Brasil. São Paulo: Loyola, 1983.

CARDOSO, Francinete dos Santos. O Contestado Franco-Brasileiro: conflitos e representações. In: NEVES, Arthur de Freitas; LIMA, Maria Roseane Pinto. **Faces da História da Amazônia**. Belém: Ed. Paka-Tatu, 2006.

CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrink. Da história militar à "nova" história militar. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrink (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

CRUZ, Ernesto. **Colonização do Pará**. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio da língua portuguesa**. 6ª Ed. Curitiba, 2004.

FONSECA, Paloma Siqueira. A Presiganga e as Punições da Marinha (1808-31). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrink (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GOES FILHO, Synesio Sampaio. **As fronteiras do Brasil**. Brasília: FUNAG, 2013.

HENRIQUE, Marcio Couto. **O general e os tapuios**: linguagem, raça e mestiçagem em Couto de Magalhães (1864-1876). 2003. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Antropologia, Belém, 2003.

HENRIQUE, Márcio Couto. **Presente de branco**: a perspectiva indígena dos brindes da civilização. Comunicação apresentada no XVII Simpósio Nacional de História/ANPUH. Natal, Rio Grande do Norte, 2013.

KRAAY, Hendrink. Cotidiano dos soldados na guarnição da Bahia (1850-89). In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrink (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. **O tempo saquarema**: a formação do Estado Imperial. Editora HUCITEC, 1986.

MACHADO, Maria Helena. O olhar imperial sobre a América. In: NODARI, Eunice; PEDRO, Joana Maria; IOKOI, Zilda Marcia Grícoli (Org.). **História**: Fronteiras. Florianópolis: Humanitas/FFLCH/USP, 1999.

NOGUEIRA, Shirley Maria Silva. **Razões para desertar**: a institucionalização do exercito no Grão-Pará, no ultimo quartel do setecentos. 2000. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável, Belém, 2000.

NUNES, Francivaldo Alves. Aspectos da colonização militar no Norte do Império: povoamento, segurança, defesa do território e conflitos. **Revista Brasileira de História Militar**, Rio de Janeiro, ano III, n. 7, p. 1-22, abr. 2012.

PONTAROLO, Fabio. **Homens de ínfima plebe**: os condenados ao degredo interno no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: Ed. Apicuri, 2010.

QUEIROZ, Jonas Marçal de; COELHO, Mauro Cezar. **Amazônia**: Modernização e Conflito (Séculos XVIII e XIX). Belém: UFPA/NAEA; Macapá: Unifap, 2001.

RAVENA, Nìrvia. O abastecimento no século XVIII no Grão-Pará: Macapá e vilas circunvizinhas. In: ACEVEDO MARIN, Rosa Elizabeth (Org.). **A escrita da história paraense**. Belém: NAEA/UFPA, 1998. p. 29-52.

SAMPAIO, Patrícia Melo; ERTHAL, Regina de Carvalho. **Rastros da memória**: histórias e trajetórias das populações indígenas na Amazônia. Manaus: EDUA, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As barbas do imperador**: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Cia. Das Letras, 1998.

VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Dicionário do Brasil Imperial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.